



GT 01 – Direito Urbanístico: Teoria e Prática

QUEM PERTENCE A ESTE LUGAR? TECENDO O DIREITO URBANÍSTICO COMO PRÁTICA DE FORMAÇÃO CIDADÃ

Autor principal: Paulo Pereira da Silva¹;
Co-autora 1: Isabella de Oliveira Walter²;
Co-autora 2: Mariana Costa Oliveira Morais³;
Co-autor 3: Tales Fontana Siqueira Cunha⁴;
Co-autora 4: Carina Serra Amancio⁵;
Co-autora 5: Anna Verônica Juni Fontes Coutinho⁶ ;
Co-autor 6: Mateus Pereira do Carmo⁷

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta a concepção, o processo e os resultados parciais da implementação do projeto “Quem pertence a este lugar? Construindo novas conexões entre patrimônio cultural, memória e cotidiano”. A iniciativa se materializa pela parceria entre o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU) e a Rede BR Cidades, com apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP). A proposta parte de um diagnóstico dos processos históricos e atuais do bairro Campos Elíseos, marcado por transformações socioespaciais historicamente orientadas por perspectivas higienistas, excludentes e mercantilistas.

Em consonância com o histórico de disputas que resultaram na exaltação de interesses hegemônicos e na construção de uma memória coletiva que louva símbolos de uma elite econômica e aristocrática, o bairro Campos Elíseos enfrenta um momento delicado, repleto de ameaças para

¹ Pós-graduado em Direitos Humanos (Unifesp), graduado em Direito (Mackenzie) e graduando em Gestão de Políticas Públicas (USP), paulopereira.usp@usp.br.

² Mestre em Arquitetura e Urbanismo, doutoranda em Desenvolvimento Econômico na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), isabellaoliveirawalter@gmail.com .

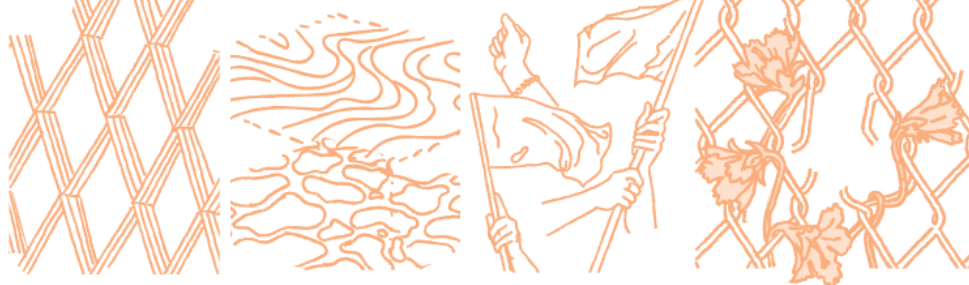
³ Mestranda em Design pela UERJ e Graduada em Direito pela Faculdade de Direito da USP.

⁴ Doutorando e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Advogado graduado pela Faculdade de Direito USP, tales.cunha14@gmail.com)

⁵ Doutoranda, mestre e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, carinaserra@gmail.com

⁶ Pós-graduada pela Associação Escola da Cidade no curso Arquitetura, Educação e Sociedade e Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Mackenzie.

⁷ Possui licenciatura nas graduações em Física e Matemática.



públicos vulnerabilizados que ocupam a região: destaca-se, nesse contexto, o projeto de transferência da sede administrativa do governo do estado de São Paulo para o bairro. Sob o discurso de “revitalização do centro”, o governo estadual lançou uma PPP para transferir sua sede administrativa ao bairro, acompanhada por concurso de arquitetura e decreto de desapropriação de áreas hoje ocupadas por cerca de 600 pessoas, incluindo a desativação do Terminal Princesa Isabel.⁸

Quando o governo estadual publicou o edital da PPP e o concurso de arquitetura para transferência da sede administrativa ao bairro Campos Elíseos, já havia mobilização contrária por parte de organizações como o BR Cidades, o IBDU, movimentos de moradia, coletivos culturais, laboratórios de pesquisa, arquitetos, professores, estudantes e moradores de escolas públicas e institutos federais da região. Essa articulação denunciava que, sob o discurso de “revitalização”, o projeto promovia remoções forçadas, contrariava o zoneamento da área (ZEIS-3) e o Plano Diretor de São Paulo, violando a obrigatoriedade de planos urbanísticos e da participação popular.

Entre as comunidades mais ameaçadas está a Favela do Moinho, último remanescente de favela no centro expandido, situada a poucos metros do futuro polo administrativo. Embora fora do perímetro de desapropriações previsto no concurso do IAB, a comunidade tem sofrido remoções por pressão indireta do governo estadual, que não deseja sua permanência no entorno. A continuidade da violação só não foi agravada devido à intervenção do governo federal, que garantiu atendimento habitacional digno às famílias afetadas. Já as ocupações e moradias populares dentro da área abrangida pelo decreto enfrentam remoções iminentes, com perda de vínculos comunitários e risco de apagamento do território.

Diante das ameaças aos territórios populares dos Campos Elíseos, o IBDU e a Rede BR Cidades propuseram o projeto “Quem pertence a este lugar?” como forma de somar forças ao público mais afetado pelas transformações em curso. Frente a um contexto que busca romper, apagar e desfazer vínculos, a atuação na escola foi entendida como estratégia para promover e fortalecer o pertencimento ao bairro. A iniciativa construiu um espaço de diálogo e formação crítica com estudantes da Escola Estadual João Kopke, situada no coração do bairro e próxima às áreas impactadas pelo novo polo administrativo. O projeto visa qualificar o debate sobre memória,

⁸ . AUGUSTO, Thaís. *Ida do governo ao centro de SP vai retirar 600 famílias: 'rasteira na gente'*. UOL Notícias, 16 fev. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2025/02/16/moradores-desapropriados-campos-eliseos.htm>. Acesso em: 5 jul. 2025.



patrimônio cultural e transformações jurídicas e sociais no território, articulando educação patrimonial e direito urbanístico para incentivar a participação cidadã frente às disputas em curso.

Com foco nos estudantes do 3º ano do ensino médio da Escola Estadual João Kopke, o projeto estrutura-se a partir de atividades interdisciplinares que buscam dialogar com as vivências concretas desses jovens, muitos deles moradores do próprio bairro ou de áreas vizinhas, como a Favela do Moinho. A iniciativa pretende aproximá-los das discussões sobre o direito à cidade e moradia, a preservação da memória local e os impactos provocados por intervenções urbanas recentes, reconhecendo a diversidade social e cultural presente na comunidade escolar.

Além da relevância do diagnóstico e da pesquisa sobre os processos de transformação urbana no bairro dos Campos Elíseos, o projeto tem como diferencial a sua aplicação prática na escola pública, mobilizando conceitos e instrumentos do Direito Urbanístico em um processo educativo vivenciado diretamente pelos estudantes.

Por fim, o projeto evidencia o potencial do ensino do Direito Urbanístico como campo interdisciplinar e transformador, capaz de dialogar com a juventude e de fomentar processos de resistência e reinvenção dos territórios vulnerabilizados. Essa experiência possui um caráter replicável, oferecendo uma contribuição relevante para os debates do GT ao refletir sobre formas inovadoras de ensino e extensão no campo do Direito Urbanístico, alinhadas aos princípios do Direito Achado na Rua⁹ e à construção de abordagens mais democráticas e inclusivas.

2. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Ao longo do primeiro semestre de 2025, as atividades desenvolvidas no projeto “Quem pertence a este lugar?” possibilitaram a construção de um processo formativo gradual e participativo com os estudantes do 3º ano do ensino médio da Escola Estadual João Kopke. A partir de metodologias como cartografias participativas¹⁰ e debates sobre direito à cidade, foram realizadas

⁹ SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; et al., org. **Introdução crítica ao direito urbanístico**: O direito achado na rua. v. 9. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. Recurso eletrônico. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/17/201/877>. Acesso em: 6 jul. 2025. ISBN 978-85-230-0930-4.

¹⁰ SPERLING, Larissa; RAMOS, Gabriel T.; SANTANA, Lucas. Contra-cartografias para resistir: arte, política e produção de outras espacialidades. In: RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (orgs.). **Anais do 2º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2019. p. 807-823.



atividades que buscaram aprofundar a compreensão crítica dos alunos sobre o território e sua história. As primeiras sessões promoveram o reconhecimento do bairro, permitindo que os estudantes expressassem suas vivências e percepções sobre os Campos Elíseos em uma cartografia coletiva.

Posteriormente, as discussões avançaram sobre as transformações urbanas em curso, com destaque para o projeto do Pólo Administrativo do Governo do Estado de São Paulo e seus impactos previstos para o território. Por meio de atividades como a exibição de documentários, conversas com convidados que são lideranças na luta por moradia e diálogos com ex-estudantes que protagonizaram lutas no grêmio estudantil da própria escola, os estudantes foram provocados a refletir sobre o contexto e os processos de exclusão que ameaçam a permanência das populações vulnerabilizadas na região. A etapa foi concluída com a revisão coletiva das cartografias elaboradas pelos próprios estudantes, consolidando olhares diversos e aprofundando a percepção crítica sobre o território.

As oficinas possibilitaram também descobertas significativas sobre a história desse espaço escolar, ampliando o sentido do trabalho desenvolvido. Durante as atividades de pesquisa e leitura territorial, emergiram memórias sobre o protagonismo dos estudantes da Kopke no movimento secundarista de ocupação de escolas ocorrido em 2015, quando resistiram ao fechamento proposto pelo governo estadual. Além disso, os arquitetos e urbanistas envolvidos no projeto passaram a conhecer o legado de Mayumi Souza Lima, autora do projeto arquitetônico original da escola, reconhecida por sua atuação transformadora na educação e na arquitetura escolar.¹¹ Mayumi concebia a escola como espaço para a liberdade, fruto de processos participativos e horizontais, e sua história inspirou profundamente a equipe, evidenciando a potência desse lugar como território de luta e construção coletiva. Essa dimensão histórica reforçou o caráter político-pedagógico do projeto, conectando as trajetórias passadas e presentes de resistência no bairro dos Campos Elíseos

Os mapas colaborativos produzidos ao longo do projeto revelaram, de forma sensível e concreta, as percepções e desejos dos estudantes em relação ao território que habitam. Nas cartografias e nos debates realizados, emergiram demandas claras por equipamentos públicos que

¹¹ HERLING, T. B. R. A construção da escola para liberdade na obra de Mayumi Souza Lima: a experiência da Escola Estadual João Kopke. Cadernos de Pós-Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 128-142. DOI 10.5935/cadernospos.v21n2p128-142 2021.



ampliem o acesso à cultura, ao esporte e a espaços de convivência comunitária. Longe de rejeitarem mudanças no bairro, os alunos manifestaram o desejo por transformações que dialoguem com sua realidade cotidiana e atendam às necessidades da população local, e não com projetos que priorizem interesses econômicos externos à comunidade. Essa perspectiva crítica demonstrou o quanto os jovens possuem um olhar atento sobre o lugar onde vivem e estudam, e reforçou a importância de ouvi-los nos processos de planejamento urbano e formulação de políticas públicas.

O projeto encontra-se atualmente em fase de preparação para uma feira a ser realizada na escola, prevista para agosto de 2025. A feira será um momento de socialização dos conhecimentos e processos desenvolvidos ao longo do curso, bem como de celebração junto à comunidade escolar.

3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do projeto na escola estadual João Kopke apresentou grandes desafios ao longo do processo, mas também muitos frutos. Nos últimos anos a educação pública no estado de São Paulo enfrenta uma crise estrutural, incluindo a escola estadual João Kopke, marcada pela precarização histórica, políticas de controle e gestão autoritária, e a crescente ameaça de fechamento de escolas e sua conversão em Escolas Cívico-Militares (ECMs). Esses processos refletem um projeto político que prioriza a eficiência administrativa em detrimento da qualidade pedagógica e da autonomia escolar, aprofundando desigualdades e violando o direito à educação democrática e inclusiva. Dessa forma a implementação do projeto apresentou grandes desafios ao longo do processo, como a disponibilidade de horários para para atividades extracurriculares e infraestruturas precárias para a realização das atividades.

Por outro lado, os alunos cada vez mais passaram a envolver e engajar-se nas atividades propostas, conectadas a temas do seu cotidiano, enriquecendo o debate e favorecendo o aprendizado crítico e a reflexão sobre direitos. A moradia e a cidade fazem parte do dia a dia dos jovens e debater esse tema significa falar sobre onde vivem, estudam, se divertem e circulam. Esse contexto demonstra a importância de cada vez mais investir em ações para erradicar o analfabetismo urbanístico.¹² Cada vez mais, é preciso evidenciar as estratégias de produção e ocupação do espaço e os impactos da vida da população brasileira. Por fim, pontua-se o fato de

¹² MARICATO, Ermínia . **Erradicar o analfabetismo urbanístico**. Revista da FASE, p. 1–4, 2002a.



que os estudantes passaram a se enxergar mais como agentes transformadores, não apenas figuras passivas, desse processo.

AGRADECIMENTOS: O projeto “Quem pertence a este lugar? Construindo novas conexões entre patrimônio cultural, memória e cotidiano” foi viabilizado graças ao apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP), por meio do Edital de Chamamento Público nº 005/2024 – CAU/SP e formalizado pelo Termo de Fomento nº 023/2024. Agradecemos ao CAU/SP por promover iniciativas que fortalecem o direito à cidade e a educação cidadã.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Thaís. **Ida do governo ao centro de SP vai retirar 600 famílias: ‘rasteira na gente’**. UOL, São Paulo, 16 fev. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2025/02/16/moradores-desapropriados-campos-eliseos.htm>. Acesso em: 6 jul. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **IABsp divulga resultado preliminar do concurso para escolha do projeto arquitetônico do Centro Administrativo**. São Paulo, 07 ago. 2024. Disponível em < <https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/iabsp-divulga-resultado-preliminar-do-concurso-para-escolha-do-projeto-arquitetonico-do-centro-administrativo/>>. Acesso em: 06 jul. 2025.

HERLING, T. B. R. A construção da escola para liberdade na obra de Mayumi Souza Lima: a experiência da Escola Estadual João Kopke. Cadernos de Pós-Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 128-142. DOI 10.5935/cadernospos.v21n2p128-142 2021.

MARICATO, Ermínia . **Erradicar o analfabetismo urbanístico**. Revista da FASE, p. 1–4, 2002a.



SÃO PAULO (estado). **Decreto Nº 68.410, de 27 de Março de 2024.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2024/decreto-68410-27.03.2024.html>>. Acesso em: 06 jul. 2025.

SCHROEDER, Lucas. **Tarcísio publica edital para concessão da nova sede do governo de SP.** CNN, São Paulo, 25 jun. 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tarcisio-publica-edital-para-concessao-da-nova-sede-do-governo-de-sp/>>. Acesso em: 06 jul. 2025.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; et al., org. **Introdução crítica ao direito urbanístico: O direito achado na rua.** v. 9. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. Recurso eletrônico. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/17/201/877>. Acesso em: 6 jul. 2025. ISBN 978-85-230-0930-4.

SPERLING, Larissa; RAMOS, Gabriel T.; SANTANA, Lucas. **Contra-cartografias para resistir: arte, política e produção de outras espacialidades.** In: RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (orgs.). **Anais do 2º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico.** Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2019. p. 807-823.